

PRIMEIRO DE MAIO

Camaradas

O desemprego é imenso – e a isso dizemos não!
A precariedade domina e agiganta-se – a isso dizemos não!
A redução dos salários é evidente – a isso dizemos não!
As desigualdades são enormes – a isso dizemos não!
A pobreza instala-se e cresce – a isso dizemos não!

Aqui estamos todos, neste 1º de Maio, como demonstração clara e firme de que isto não pode continuar!

É tempo de mudar!
é tempo de mudar com a luta de quem trabalha!

Este é um 1º de Maio que se realiza num crescendo de luta social, de lutas justas, em muitos sectores e empresas.

Daqui queremos saudar os trabalhadores em geral e de forma particular os trabalhadores dos transportes e comunicações, da administração central e local, os enfermeiros, os professores, os trabalhadores da metalurgia, os mineiros, os da química, da energia, do comércio e serviços, da construção, cerâmica e vidro, dos têxteis e vestuário, da cortiça, da hotelaria e tantos outros. Saudamo-los pela luta que desenvolvem, pela coragem e grande determinação.

Daqui os exortamos a prosseguirem porque melhores condições de vida e um país mais justo e solidário só se consegue com a luta de quem trabalha!

O 1º de Maio é festa e luta.

Este é um 1º de Maio de apelo à indignação, de combate à descrença e às inevitabilidades que nos querem impor. Mas é acima de tudo um 1º de Maio de afirmação de propostas e de compromissos de luta, de convicções, de confiança no futuro.

Maio é confirmação do 25 de Abril, é festa da liberdade, da confraternização, da solidariedade, dos direitos adquiridos, da dignidade conquistada. Por isso se lutou. Agora podemos dizer: valeu a pena!

Os 120 anos do 1º de Maio

Cumprimos 120 anos de comemorações sobre a luta dos trabalhadores de Chicago pelas 8 horas de trabalho diário. A justeza da reivindicação e a violência da repressão com que o poder capitalista a tentou travar despertou revolta e indignação por todo o mundo, tendo-se declarado o dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Neste percurso de 120 anos que com alegria saudamos, os trabalhadores, em Portugal, viveram muitos debaixo de enorme repressão e mais recentemente sob fortes ataques aos seus direitos.

As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas têm contribuído decisivamente para significativas conquistas nas relações de trabalho, para a construção de um valioso património laboral e social e para um quadro de referências que dá dimensão democrática a Portugal.

Os 40 anos da CGTP-IN

Em 2010 cumprem-se 40 anos sobre a criação da Intersindical.

A sua acção foi muito importante no processo de luta social e política que conduziu ao derrube do fascismo, e contribuiu decisivamente para fazer do 25 de Abril uma Revolução efectiva.

A CGTP-Intersindical Nacional e o sindicalismo que assume todos os dias com a sua intervenção são indispensáveis. Um sindicalismo de massas e de classe, independente, democrático e unitário, que reivindica e propõe, que negocia e luta, que não se acomoda nem se submete a inevitabilidades, que constrói o futuro com os trabalhadores. Um sindicalismo solidário que é espaço e instrumento de todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo de trabalho.

A CGTP-IN reforçar-se-á para servir os interesses de todos os que trabalham em Portugal, para ser activa e solidária no seio do movimento sindical internacional, para impulsionar o desenvolvimento efectivo da sociedade portuguesa.

Comemoramos 40 anos, realizaremos nos sectores e regiões iniciativas que mostrem a riquíssima história da CGTP-IN, construída pelos trabalhadores com os seus sindicatos em duras lutas ao longo de 40 anos, como contributo para as batalhas do presente.

Vamos intervir mais e melhor, alargar a unidade na acção, reforçar a organização sindical, aumentar a capacidade reivindicativa e da negociação colectiva, melhorar a formação dos quadros sindicais. Vamos rejuvenescer a estrutura sindical e atribuir aos jovens responsabilidades crescentes. São os jovens o garante a continuidade da CGTP-IN, património de vontades e das lutas de gerações de trabalhadores.

Queremos e vamos crescer ainda mais! Teremos sindicatos com mais poder e mais acção nos locais de trabalho!

Sempre com os trabalhadores, a CGTP-IN age e luta pelas suas propostas e reivindicações. Caminhamos com avanços e recuos em função das relações de força existentes e a cada tempo, com esperança e confiança, construímos a cada dia um futuro melhor.

O 1º de Maio de 2010 e a situação do país

O 1º de Maio realiza-se num quadro de grandes dificuldades para a grande maioria dos trabalhadores portugueses.

Há um Risco de descalabro económico

O PEC, último instrumento da governação de José Sócrates, representa um sério risco para todos nós.

O PEC aumenta o desemprego e as precariedades, não cria novos empregos, diminui os salários e as pensões, coloca-nos mais longe do nível de vida médio da EU. A economia não se reforçará com a diminuição do poder de compra dos portugueses e com o aumento da pobreza.

Este PEC significa mais privatizações e mais sectores estratégicos nas mãos do grande capital para o seu jogo especulativo, agravando os problemas estruturais da economia.

Alienar empresas estratégicas que poderiam suportar uma política de desenvolvimento é errado economicamente e desastroso socialmente! Está provado pela experiência de décadas de

liberalização económica, com a perda de centros de decisão nacionais e de capacidade para impulsionar o investimento, a actividade económica e a coesão social.

Uma política cega de consolidação orçamental pode conduzir ao desastre: o Estado fica sem meios para apoiar a economia, a procura interna definha e o desemprego agrava-se pondo em causa, nomeadamente, a sustentabilidade da segurança social.

Risco de desarticulação de serviços do Estado

As medidas previstas no PEC, e também no Orçamento de Estado para 2010 favorecem, desarticulam e degradam os serviços públicos e as funções sociais do Estado e atacam o Estado Social.

Com as novas regras relativas às reformas e à contratação colectiva dos trabalhadores da Administração Pública, agravam-se os problemas nas relações de trabalho da Administração Pública, destrói-se o vínculo de emprego e incentiva-se escandalosamente a precariedade.

As consequências já estão à vista. Aumenta a saída de trabalhadores do Estado, incluindo os de elevada qualificação. Há serviços em risco de ruptura. Uma lógica sem racionalidade e meramente financeira gerará custos que os portugueses pagarão caro no acesso e na qualidade dos direitos sociais.

PEC irá acentuar as desigualdades

Na origem do agravamento do défice público não estão os salários, nem os subsídios de desemprego ou as prestações sociais ou as pensões de reforma, mas sim a crise provocada pelo sector financeiro, propagada à economia real e que conduziu, pelo agravamento do desemprego e da fuga e evasão fiscais, a uma forte quebra de receitas fiscais.

A causa do défice são os milhares de milhões de euros que saíram do Orçamento de Estado para tapar os buracos de roubos e da má gestão de grupos financeiros e económicos.

É preciso ir buscar dinheiro a quem o tem!

Os baixos rendimentos da população em geral contrastam com os lucros desmedidos dos grandes accionistas de grupos financeiros e económicos; com as escandalosas remunerações recebidas por dirigentes e executivos de empresas; com os paraísos fiscais; com a ostentação de riqueza; com a fuga aos impostos feita pelo patronato e por uma fracção de profissionais liberais; com as múltiplas benesses, mordomias, compadrios e injustificados privilégios de certos sectores privilegiados da sociedade; com a retoma em força das actividades especulativas; com o enriquecimento ilícito; com a corrupção em larga escala.

Os defensores das remunerações escandalosas dizem terem sido ultrapassados os objectivos. Então os trabalhadores nas fábricas e nos escritórios, na indústria ou nos serviços, no sector público ou no privado, não cumprem e ultrapassam objectivos? Têm por isso acesso a remunerações principescas?

Isto choca com o Portugal onde temos quase 600.000 desempregados; onde muitos ganham pouco mais do que o salário mínimo; onde mais de 1 em cada 4 assalariados tem contratos precários; onde muitos trabalham sem direitos; onde o Governo pode determinar a cessação de contratos colectivos livremente negociados entre sindicatos e patronato; onde uma parte significativa dos reformados tem baixas pensões; onde há cerca de 2 milhões de pobres.

E agora até querem fazer baixar o subsídio de desemprego e fazer aceitar postos de trabalho pior remunerados.

As cedências do governo Sócrates às políticas de direita e a estigmatização dos pobres

O governo Sócrates toma perigosamente como suas as políticas anti-sociais do CDS de Paulo Portas, desvaloriza o trabalho e diaboliza o papel dos trabalhadores submetendo tudo ao fundamentalismo financeiro neoliberal.

No PEC o governo vai nesta onda, cortando nas prestações sociais em nome da redução do défice.

O CDS quer por exemplo, que o rendimento social de inserção passe a ser pago até 50% em senhas sociais.

Parece que todos convergem para ressuscitar a velha e reaccionária ideia de que não se deve dar dinheiro a um pobre porque, ou não sabe usá-lo, ou pode gastá-lo mal.

Aí estão eles juntos! O novo líder do PSD veio agora juntar-se a Sócrates para atacar o subsídio de desemprego. E fazem coro a desproteger os desempregados! E fazem tábua rasa de direitos. Sim, porque o subsídio de desemprego advém dos descontos para a Segurança Social e não dos impostos!

É um direito de quem trabalha, para substituir os seus rendimentos quando involuntariamente lhe faltam.

E é mentira! É mentira o que andam para aí a dizer, que o valor do subsídio de desemprego seja mais elevado que a remuneração líquida! É o regime de protecção social no desemprego que hoje já impõe essa regra.

O que pretendem é baixar o valor do subsídio de desemprego.

Vejam o exemplo de um trabalhador com uma remuneração de referência de 1000€ Hoje tem de subsídio de desemprego 650€, no futuro, com 75% da remuneração líquida, teria 607€ menos 43€ mensais. Isto é um roubo!

Quem recebe subsídio de desemprego já contribuiu para ele! É um direito!

O objectivo da direita de responsabilizar os pobres pela sua situação de pobreza é indecoroso. É preparar o terreno para medidas mais restritivas.

Aí estão também eles juntos! PSD e CDS clamam contra os apoios sociais mas todos os dias exigem mais e mais apoios públicos para os empresários, que cada vez estão mais subsídio-dependentes do Estado. Será que Paulo Portas e Passos Coelho vão defender apoios em géneros aos patrões que podem ter má cabeça e gastar mal o dinheiro? Será que pensam criar um tributo social para os patrões que recebem apoios públicos?

Exige-se clareza nas propostas, transparência na utilização dos dinheiros e rigorosa prestação de contas, justiça social e salvaguarda da dignidade em particular dos mais pobres.

O PSD e a revisão da Constituição

A direita sabe que há direitos fundamentais, direitos sociais e direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição da república que são empecilho às políticas duras que quer impor e por isso chama pela revisão da CR. O PS fugindo-lhe a perninha para a direita manifesta disponibilidade para uma possível revisão da C.R. É preciso denunciar e combater este jogo complicado.

O Estado Social é obra de todos, financiado por impostos e por contribuições sociais, e a sua base é solidária e universal.

É o que a direita não quer!

porque quer substituir serviços públicos universais pelo mercado, por negócios em que o sector financeiro está fortemente envolvido, como na saúde. O que a direita chama a liberdade de escolha individual significaria a saúde, a segurança social e a educação para quem a possa pagar. O que se quer é fazer dos serviços públicos apoios “caritativos” para os mais necessitados. Seriam serviços pobres para os pobres.

Mais do que rever a Constituição, o que importa mesmo é cumpri-la! E fazê-la cumprir.

O que é preciso é mudar de rumo, mudar de políticas. O País tem futuro dando prioridade aos anseios dos trabalhadores e do povo português.

Por isso a CGTP-IN considera que é preciso cortar nas despesas desnecessárias, nos desperdícios e no mau aproveitamento de recursos. Acabar com a entrega a privados dos serviços que custam milhares de milhões de euros e que podem ser feitos pela Administração Pública; racionalizar a aquisição de bens e serviços; responder a alguns dos aspectos dos grandes investimentos públicos; renegociar e ir progressivamente acabando com as parcerias dos serviços públicos – privados; acabar com o escândalo das derrapagens de custos em obras e projecto.

É preciso uma profunda moralização da vida pública e da governação.

Há que aumentar as receitas do Estado sem penalizar a larga maioria da população, introduzir maior justiça fiscal, proteger o ambiente e combater as desigualdades.

A direita e os meios financeiros e económicos dizem que não se pode agravar a carga fiscal. Então se os trabalhadores, os reformados e outras camadas fazem sacrifícios, se uma parte dos empresários cumpre as suas obrigações, vamos continuar a permitir o não pagamento de impostos e a fraude fiscal? E que os detentores de elevadas fortunas e os que colocam capitais em paraísos fiscais ou especulam na bolsa, tenham ganhos fabulosos sem contribuir para o Orçamento de Estado? Ou que produtos e bens considerados de luxo, sejam taxados como se fossem indispensáveis?

Vamos mobilizar os trabalhadores e o povo português!

Reclamamos o alargamento do prazo de redução do défice público para além de 2013, de forma a não se pôr em causa o crescimento e o desenvolvimento, que constituem as formas mais eficazes de reduzir a despesa do Estado.

É preciso pôr termo ao absurdo de os Estados serem obrigados a financiar-se nos mercados privados para fazer face às suas dívidas, com taxas de juro elevadíssimas, enquanto os bancos que irão financiar os Estados são refinanciadas pelo Ban Central Europeu a taxas de juro quase nulas;

Mobilizemo-nos:

- Para dinamizar o sector produtivo, nomeadamente, o sector agrícola e marítimo e reindustrializar o país;
- Para combater a economia paralela, que hoje vale mais de 35 mil milhões de euros;

- Para melhorar os salários e as pensões e combater as políticas de miséria;
- Para melhorar a qualificação incentivando a formação profissional e a investigação;
- Para responder às prioridades sociais, principalmente ao flagelo do desemprego, reforçando a protecção social
- Para combater a alteração do conceito de emprego conveniente defendido pelo patronato e pelo governo para reduzir os salários, generalizar a precariedade e diminuir o valor do subsídio de desemprego;
- Para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

É preciso uma nova política!

Uma política que privilegie a criação de empregos, estáveis, seguros, com direitos e justamente remunerados.

Uma política que responda aos problemas do presente, estimule a produtividade e rompa com o modelo baseado em baixos salários, trabalho precário e desqualificado e grandes desigualdades salariais.

É preciso melhorar os salários

É preciso aumentar os salários para promover uma justa distribuição do rendimento, encurtar o leque salarial entre os trabalhadores e os gestores, melhorar o nível de vida das famílias, dinamizar a economia e o escoamento da produção de bens e serviços das empresas, criar mais e melhor emprego, reforçar a sustentabilidade financeira da segurança social, encetar a aproximação à média da U.E., para combater a crescente pobreza laboral, resultante de baixíssimas retribuições do trabalho.

É preciso que o direito à negociação seja respeitado e que a Contratação Colectiva seja um instrumento de progresso social. Ela constitui o mais seguro ancoradouro dos direitos dos trabalhadores, o instrumento fundamental para melhorar a retribuição do trabalho e assegurar uma mais justa distribuição da riqueza.

Reforçar o esclarecimento e a mobilização, intensificar a luta

A nossa luta é imperiosa para mudar o rumo do país, para travar uma situação de maior declínio económico e uma crise social ainda mais grave.

Dizemos não às políticas do Governo PS/Sócrates, com apoio expresso ou implícito do grande patronato, dos partidos de direita e também do Presidente da República, que vão no sentido de reforçar as mesmas medidas e repetir os erros que conduziram redução da estrutura produtiva, ao aumento do desemprego e ao acentuar das clivagens e desigualdades sociais.

Há que unir forças e vontades, fazer convergir a força das reivindicações de quem trabalha, para concretizar a mudança de rumo de que o país necessita.

Assim e na sequência da luta desenvolvida em inúmeras empresas e serviços, tendo presente os objectivos que nos trouxeram a este grande 1.º de Maio e o sentimento generalizado da necessidade de convergência na acção, que cresce e se amplia a cada dia que passa, a **CGTP-IN convoca para o dia 29 de Maio, sábado, em Lisboa, uma Grande Manifestação Nacional**, para que, a uma só voz, trabalhadores da Administração Pública, do Sector Privado e, também camadas da população vítimas de políticas injustas, exijam “Um Novo Rumo, com a luta de quem trabalha”,

- Contra o desemprego
- Emprego com direitos
- Melhores salários, para todos

Temos confiança!

É possível uma vida melhor para todos os que trabalham e vivem em Portugal, em particular para as gerações jovens.

Vamos fazer de 29 de Maio, um momento alto da luta dos trabalhadores e do sindicalismo que protagonizamos, a favor do progresso social e do desenvolvimento do país.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

VIVA O 1.º DE MAIO!

VIVA A CGTP-IN!